

A “Guerra da Lagosta”: um Laboratório para o Golpe Militar de 1964 e suas Abordagens na Imprensa Regional

Túlio de Souza Muniz¹

Longe de ter sido um conflito bélico efetivo, a “guerra da lagosta”, entre Fevereiro e Março de 1963, foi uma hipérbole cunhada pela imprensa brasileira, em particular a imprensa do Nordeste do Brasil, um acontecimento factual, gerador de sintomas que coincidiram com um certo imaginário patriótico. É fato que o episódio levou à mobilização bélica de contingentes militares brasileiros e franceses no litoral Nordeste do Brasil. Mas resultou, sobretudo, na disseminação de um discurso oficial de cunho nacionalista e xenófobo com eco significativo na população e nos grandes jornais da época (cf. Braga, 2004), visando reforçar a suposta supremacia do Brasil no Atlântico Sul, e na disputa de poder entre autoridades civis e militares a um ano do golpe militar de 1964. A tal discurso chamarei “Dispositivo Pós-Colonial”, ou DPC.

Os alicerces do conceito de DPC vêm do “dispositivo da sexualidade” de Foucault (1984) e do “Orientalismo”, de Said (1990). Para Foucault, resumidamente, o “dispositivo da sexualidade” é concebido, constituído e ativado através da elaboração discursiva acerca de um padrão comportamental pré-determinado para que as normas surgidas em torno dele sejam aplicadas indistintamente sobre toda a população, levando-a a acatar o padrão, a norma. E o faz ainda que a norma seja imposta

¹ Túlio de Souza Muniz, Historiador com Graduação (2003) e Mestrado (2005) pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Doutor (2011) pela Un. de Coimbra, Portugal. É Professor Visitante na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB).

capturando toda a subjetividade ao redor, onde a “verdade” emerge “num jogo em que o prazer se mistura ao involuntário e, o consentimento à inquisição” (Foucault, 1984: 75). De modo que, por operar também no campo das subjetividades, a lógica discursiva e coercitiva do “dispositivo” é seguida de um exercício de poder que está para além da instância “jurídico-discursiva” (Foucault, 1984:80), contudo sem abrir mão da mesma. Um tipo de poder que emerge por iniciativa da vontade de um “poder legislador, de um lado, e sujeito obediente do outro” (Foucault, 1984:82).

Said, por sua vez, afirma que o discurso do Orientalismo surge no Ocidente como instrumento de dominação, “fazendo declarações a seu respeito [*a respeito do Oriente*], autorizando opiniões sobre ele, descrevendo-o, colonizando-o, governando-o” (Said: 15). Said também se ampara na noção de discurso de Foucault para sustentar o Orientalismo. “Sem examinar o orientalismo como um discurso, não se pode entender a disciplina enormemente sistemática por meio da qual a cultura europeia conseguiu administrar – e até produzir – o Oriente política, sociológica, científica e imaginativamente” (Said, *idem*).

O DPC emerge e é sustentado por discursos poderosos e abrangentes, que surgem de acordo com a necessidade e conveniência de seus emissores (geralmente, líderes de Estados nacionais, amparados pelos *media*), visando coagir consideráveis camadas populacionais e sobre elas impor normas ou ações específicas, ainda que circunstanciais. O DPC advém de argumentos de matriz eurocêntrica que, a partir do séc. XIX e sobremaneira no séc. XX, “justificaram” a dominação europeia sobre qualquer território fora do espaço europeu. Argumentos que ganharam novos sentidos ao serem assimilados por países como o Brasil, conforme demonstro, a seguir, focando em dois pontos: o surgimento da indústria brasileira da pesca (a partir de 1955) e o conflito com a França, a “guerra da lagosta” em 1963, envolvendo pescas e territorialidade marítima.

Na “guerra da lagosta”, a França, potência consolidada mas perdendo gradativamente territórios em África, defronta-se com um Brasil então “emergente”, que desde os tempos da colônia busca reafirmar sua presença no Atlântico Sul, baseando-se numa “versão brasileira do lado mais conservador do Atlantismo português e que ainda hoje seduz sectores da Marinha Brasileira” (Ribeiro, 2004: 156). Ambos os países parecem articular um discurso de inspiração colonialista. No lado brasileiro, tal discurso foi difundido pelos *media* regionais (rádios e jornais) e assimilado pelo imaginário popular, o que ficou patente em atos isolados de violência².

A descoberta do “ouro do mar” e a “guerra da lagosta”

A partir de 1955 o empresário americano Davis Morgan se estabelece em Fortaleza e incentiva a captura de lagosta nas praias do Ceará(CE) com fins comerciais, atividade que se espalhou pelo litoral do Brasil, particularmente no Nordeste. Morgan foi personagem central da História que modificou não somente um segmento do mercado e da indústria da pesca no Brasil, como também a vida e o cotidiano de milhares de trabalhadores e de suas famílias. Inicialmente, Morgan incentivou pescadores das localidades de Caponga (Cascavel-CE) e Morro Branco (Beberibe-CE) a capturarem lagosta, estendendo suas atividades rapidamente para outros municípios vizinhos, sobretudo Aracati (que na época encampava o distrito de Icapuí, município emancipado somente em 1985).

No Brasil não se pescava da lagosta visando um grande mercado, fosse interno ou o exterior, e até 1954 o crustáceo sequer aparece entre itens exportados pelo

² Isolados mas que chamaram atenção por serem registrados em diferentes localidades do país, como Campinas(SP), Belo Horizonte (MG), Rio de Janeiro (RJ) e Fortaleza (CE).

Ceará. Ainda nos anos de 1950, empresas estrangeiras podiam explorar recursos da plataforma continental do Brasil somente com fins de pesquisa ou em associação com empresas nacionais. A ação de um estrangeiro pescando em mares locais não tinha amparo legal. A reação foi imediata na imprensa cearense. Mesmo em jornais liberais – sobretudo em *O Povo* – havia reservas às atividades do americano. De imediato alardeou-se que, sendo estrangeiro, Morgan não poderia se estabelecer na pesca em território nacional. Os jornais ressaltaram tratar-se de atividade ‘clandestina’, que não contava com licença governamental. Morgan vai ao Rio de Janeiro, então capital do Brasil, e retorna com autorização para pesca. A partir daí a imprensa liberal muda por completo o discurso, traça análises conjunturais sobre a importância de um novo ramo da indústria pesqueira, que no Brasil apenas engatinhava. Passa a realçar as ações de Davis Morgan com maior importância e destaque em suas edições.

Percebe-se aqui uma clara reviravolta no discurso que antes tendia a resistência às atividades do americano. O “Mr. Morgan”, como passaria a ser chamado pelos jornais, é “sócio-gerente” de uma empresa, portanto, ‘legal’. É “homem que há mais de um ano vem se dedicando à pesca de lagostas”, não mais o praticante de atividade clandestina. Nas matérias surgidas posteriormente na imprensa liberal, Davis Morgan é tratado com simpatia e até uma certa benevolência. Afinal, trazia o “progresso” para uma determinada atividade econômica. Anunciava o desenvolvimento “em larga escala” da nova indústria da pesca da lagosta, que utilizaria de “modernos equipamentos” vindos de estaleiros americanos. Pelo menos por parte da imprensa liberal, Davis Morgan não teria mais tratamento de ‘ilegal’ e ‘clandestino’, mas sim de empreendedor e pioneiro no desenvolvimento da pesca.

A melhora na acolhida ao empreendimento de Davis Morgan pode ser compreendida considerando o contexto em que ela acontece: a década de 1950. Filho (2002) constata que Fortaleza não diferenciou-se de outras grandes cidades brasileiras,

onde se iniciava, ainda na primeira metade do século XX, a formação de uma “sociedade de consumo” num período profundamente marcado pela “modernidade” e pelo surgimento de novas tecnologias. A ‘modernidade’, a ‘novidade’, em geral vinha dos Estados Unidos, que adotaram, nos anos de 1940, a política de aproximação com a América Latina e, em especial, com o Brasil.

Fortaleza era permeável à influência empresarial estrangeira desde o séc. XIX, quando se deu o início do processo de cosmopolitismo modernizante na cidade, cuja base era a dinamização das relações capitalistas-empresariais, onde cidadãos e/ou grupos estrangeiros detinham 40% das empresas locais em 1870 (Ponte, 1999). Eram, sobretudo, empresas ligadas à exportação de algodão e produtos agropecuários, mas também a incremento de negócios financeiros e a inovações tecnológicas, como estradas de ferro e navegação. Morgan, portanto, trilhava um caminho já desbravado. Antes de terminado o ano de 1956, os jornais cobriam entusiasticamente a chegada do primeiro dos barcos que comporiam a frota de Mr. Morgan.

Os anos imediatamente seguintes à Segunda Guerra são também os de emergência da “Guerra Fria”, que por décadas opôs o “Ocidente”, representado pelo capitalismo, ao “Leste”, tendo a frente a União Soviética. Essa disputa teve reflexos no estabelecimento da indústria da pesca da lagosta no Brasil, o que se constatou nas páginas de *O Democrata*, periódico ligado ao Partido Comunista Brasileiro, que circulou em Fortaleza por cerca de 20 anos, até 1964.

Desde o início das atividades de Morgan, *O Democrata* veiculou acirrada campanha contrária ao americano, sob pretexto de estar defendendo ‘interesses nacionais’ contrariados por um ‘gringo’ (“estrangeiro”, na gíria brasileira). Em sua edição de 26-06-1957, numa matéria sobre sessão da Assembleia Legislativa, constava o seguinte relato sobre as atividades de Morgan: “Morgan se completa: quase 800 mil

quilos de lagosta em um ano. Estão levando quase de graça. O deputado Almir Pinto pede intervenção do governo”.

Ao contrário dos demais jornais, O Democrata endossa discursos defendendo a nacionalização de empresas do ramo pesqueiro e inicia campanha com forte carga xenófoba. Na matéria seguinte, cerca de um mês depois de iniciada a campanha contra o americano, O Democrata recrudesce. Em 25-07-1957 trouxe a seguinte matéria:

Americano ambicioso e inconsciente devastando os lagosteiros do Ceará. Ameaça de extinção da espécie, marcando o fim de uma riqueza — Processos criminosos postos em prática pelo americano Morgan — O governo precisa intervir imediatamente. [...] Porque, o que o referido alienígena vem praticando entre nós não é propriamente uma exploração pesqueira, como as que se realizam normalmente aqui e alhures, com observância a medidas tendentes a resguardar a continuação da espécie. Não! O que Mr. Morgan comete, antes, é uma prática predatória. Na ânsia de obter lucros cada vez maiores, o gringo passa acintosamente por cima de todos os regulamentos. [...] Uma verdadeira devastação.

São explícitos a xenofobia e o medo de tudo que é ‘estrangeiro’, em particular se o ‘de fora’ viesse dos EUA. Em 22-08-1957, O Democrata saiu com a seguinte manchete: “Mr. Morgan introduz ilegalmente estrangeiros para explorá-los”. Nessa matéria, Morgan aparece como “famigerado súdito ianque” reforçando o anti-americanismo do jornal. Morgan é taxado de “useiro e vezeiro”, seria também “caloteiro”, “falsificador” e “contrabandista”. O “alienígena” Davis Morgan também estaria financiando a entrada

de mais “estrangeiros” no Ceará, para que o “gringo” os explorasse como fazia com trabalhadores brasileiros e com os recursos naturais nacionais.

O teor da manchete expõe as intenções de O Democrata, no intuito de desclassificar a atividade empresarial de Davis Morgan e de tornar recorrente discurso de intervenção governamental numa atividade privada. O ‘gringo’ Morgan agora é “inconsciente e ambicioso”, os altos índices de produção obtidos por ele são um sinal de devastação, ao contrário de “progresso” de um setor econômico. A matéria reforça a acusação de que a prática instituída pelo americano, embora passasse a ser legal, seria também predatória. Em O Democrata, é recorrente o apelo para a urgência da intervenção estatal: “Que o Governo do Estado, a Assembleia, as Colônias de Pescadores, entrem imediatamente em ação” (O Democrata, 25.07.1957).

Ao que indicam matérias posteriores, de O Democrata e de outros jornais, não houve nenhum tipo de intervenção do Estado nas atividades de Morgan ou em outras empresas de pesca. Essas somariam vinte em 1962, apenas no Ceará. O reflexo foi imediato nos resultados da produção, que no Nordeste cresceu quase 30 vezes, de 1955 a 1960, saltando de 120 t para 3.500 t³. Assim a pesca passou a ser uma atividade importante para economia local e para a população a ela ligada, o que deu à lagosta a alcunha de “o Ouro do Mar”.

O empreendimento de Morgan não só proporcionou inovações financeiras e materiais aos pescadores, como inaugurou um confronto incessante com o processo de modernização na exploração de recursos naturais que acentuou-se nas décadas subsequentes. Mas, sobretudo, inseriu rapidamente no mercado internacional e nas disputas territoriais globais uma atividade até então artesanal que ganhou contornos de

³ Fonte: Labomar-UFC.

produção industrial, atraindo atenção dos países grande produtores do Norte, um dos motivos desencadeadores da “guerra da lagosta”, em 1963.

A “guerra da lagosta” e a emergência do DPC

A “ guerra da lagosta”, envolvendo o Brasil e a França entre Fevereiro e Março de 1963, ocorreu apenas oito anos depois de Davis Morgan ter fundado a pesca industrial no Brasil. No Brasil, se viu, por um lado, a tentativa do governo do presidente João Goulart de usar o episódio para demonstrar força e coesão um mês depois do plebiscito que restituiu plenos poderes do presidente – de 1961 a 1963 o regime foi parlamentarista – e, por outro, a intenção clara dos militares de conquistar a confiança da população a um ano do golpe militar de 1964.

A França, por sua vez, vivia momento histórico distinto, mas não menos delicado. Os anos de 1960 representaram o declínio do colonialismo. Em 1963, a França havia perdido quase todas as suas colônias em África e, conseqüentemente, perdeu áreas marítimas onde explorava e dominava a pesca. Segundo Antonio Carlos Lessa,

no decorrer de toda a década de cinquenta, a pesca predatória realizada no continente africano, sobretudo ao largo das costas do Senegal, da Guiné e da Mauritânia, onde atuava grande parte da frota especializada da França, levou ao esgotamento dos bancos lagosteiros da região. Passando a pesca da lagosta nas costas brasileiras a apresentar maiores perspectivas, barcos lagosteiros franceses começaram a vir ao Brasil a partir de 1961 para, sem a necessária autorização do governo brasileiro explorar a pesca do crustáceo sobre a plataforma continental brasileira,

na faixa que se estende ao largo dos Estados de Pernambuco até o Ceará (Lessa, 1999: 111).

A “guerra da lagosta” tranferiu para o Atlântico Sul o ímpeto colonial francês arrefecido em África, ativando o Dispositivo Pós-Colonial (o DPC), baseado num “pretexto” convincente que o amparasse. O “pretexto francês” – nunca comprovado – era de que a lagosta migrava do Atlântico Norte para o Atlântico Sul, e portanto os armadores franceses poderiam capturá-la onde quer que fosse. Isso bastou para que se justificasse a mobilização da diplomacia e da Marinha francesas.

Os jornais noticiaram amplamente os acontecimentos, motivados pela insistência de navios franceses em frequentar a plataforma continental nordestina. Atraídos pela então farta população de lagosta na costa brasileira, os franceses reclamaram ao governo brasileiro melhores vantagens. Em um documento da SUDENE (Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste), de 1962, constava que

nessas conversações, a parte francesa mostrou-se: contrária à comercialização de lagostas como importação do Brasil, referindo que os direitos cobrados na França em tal caso se elevam a 35%, e insatisfeita com a restrição imposta à eventual participação sua no capital de sociedades mistas de pesca, que não poderá exceder a 40%.

No início de 1962, o governo francês havia solicitado formalmente ao governo brasileiro permissão para que três barcos (*Gotte, Lopnk Ael e La Tramontaine*) pesquisassem as reservas lagosteiras do Nordeste do Brasil. O Itamaraty intermediou a obtenção da autorização, desde que o Comando Naval do Recife incluísse controladores de pesca da Marinha na tripulação de cada um dos barcos franceses, condição que foi prontamente

aceita. Entretanto, apenas dois barcos franceses se apresentaram, enquanto vários outros seguiram pescado ilegalmente em águas territoriais brasileiras, gerando protestos de políticos e armadores do Nordeste. Eles alegavam que, além de estarem pescando sem autorização, os franceses saqueavam barcos brasileiros e roubavam materiais e produtos da pesca.

Desde o primeiro momento, o discurso da imprensa é eivado de argumentos típicos do DPC, como se viu em O Povo de 03-08-1962:

Identificados os barcos franceses que assaltam pescadores cearenses - ‘Christine’, ‘Eliane’ e ‘Camaret’ seus nomes- Indústrias de lagostas ameaçadas. [...] “Esses barcos têm penetrado em águas territoriais brasileiras e, no Nordeste, vêm causando a maior apreensão em todos aqueles que se dedicam à pesca no mar. Sua presença na costa cearense se constitui uma ameaça à própria sobrevivência das companhias que se dedicam à pesca de lagosta, que têm naqueles corsários franceses um desigual competidor”.

A Marinha brasileira intensificou o patrulhamento e apreensões. Nos primeiros barcos apreendidos (o ‘*Françoise Christine*’ e o ‘*Folgor*’) e rebocados para o porto do Mucuripe, em Fortaleza, era claro o contraste tecnológico entre a indústria da pesca dos dois países. Enquanto os armadores brasileiros tiveram contato com novas tecnologias havia menos de uma década, os armadores franceses eram bem mais sofisticados. Seus barcos eram verdadeiras indústrias flutuantes e, além de frigoríficos, tinham viveiros internos onde a lagosta era mantida viva após capturada. Uma notícia de O Povo (03-08-1962) esclarece o quanto a frota nacional tinha tecnologia ainda incipiente se comparada aos franceses:

“Os barcos são dotados de aparelhagem completa, modernos frigoríficos, além de radares. Seus tripulantes são altamente especializados neste sistema de pesca”.

Atendendo pedido do Quai d’Orsay (chancelaria francesa), os barcos foram liberados dois dias depois, sob a condição de que a França impedisse a vinda de novas embarcações. Nos meses seguintes, a França insiste que a exploração de lagosta no Brasil fosse arbitrada por uma Corte Internacional, proposta rechaçada pelo Brasil que, por fim, cassa a licença dos barcos de “pesquisa”. Ao receber o comunicado oficial do governo brasileiro sobre a cassação da licença, o governo francês reagiu energicamente – se pode dizer que ativaria o DPC – e decidiu enviar um navio de guerra (o contratorpedeiro ‘Tartu’) para resguardar as atividades de seus lagosteiros no nordeste brasileiro.

O comunicado oficial francês chega ao Itamaraty em 21-02-1963, quinta-feira da semana do Carnaval daquele ano. O presidente João Goulart reuniu os ministros da Marinha e da Aeronáutica, e decidiram reforçar as bases das duas armas no Nordeste a partir do deslocamento de efetivo militar e equipamento do Rio de Janeiro. Imediatamente a mobilização ganhou o nome oficial de “Operação Lagosta”.

O Ministro das Relações Exteriores presidiu a reunião na ausência do presidente (então curtindo o Carnaval em São Borja / RS). Após tomarem conhecimento dos últimos movimentos diplomáticos, os participantes passaram a discutir as medidas que deveriam ser implementadas. Dentre elas, **a divulgação de declarações à imprensa com o intuito de mobilizar a opinião nacional para a grave situação enfrentada** [grifo meu]⁴.

⁴-In “Operação Lagosta: a Guerra que não aconteceu”, no site www.naval.com.br/historia/lagosta, acessado em Março de 2008.

Essa última afirmação da matéria jornalística evidencia que teve início a elaboração do discurso do DPC por parte das autoridades brasileiras, já considerando os *media* como seu campo de propagação.

O embaixador do Brasil em Paris, Carlos Alves de Souza Filho, foi orientado a manter audiência com o presidente francês, general Charles De Gaulle, e tentar demovê-lo da intenção de enviar um navio de guerra ao Brasil. Souza Filho foi prontamente recebido por De Gaulle, que não determinou o retorno do navio de guerra, mas prometeu atenção pessoal à questão. Inclusive vem desses encontros a controversa frase “O Brasil não é um País sério”, de autoria do embaixador brasileiro, mas que foi atribuída a De Gaulle⁵.

A reação na imprensa brasileira foi imediata, e desde o início da contenda surgiram os primeiros discursos ufanistas, vangloriando-se do potencial e competência das forças armadas brasileiras. “A Marinha preparada para o que der e vier - Navios patrulham as costas e farão com que a decisão do governo brasileiro francês”, lia-se em *O Povo*, edição de 23/24-02-1963.

Na mesma edição de *O Povo*, o articulista Assis Tavares demonstrava como se dava a reação fora dos círculos institucionais, não sem a carga xenófoba que o conflito passaria a ter. A chamada do texto era implacável e clamava: “Franceses expulsos antes de liquidarem a nossa lagosta”. Para o articulista, a liberação de barcos apreendidos era “um desrespeito à nossa soberania”.

Mais do que essa argumentação geopolítica e economicista que veio a público, o governo da França deixou explícito, por canais diplomáticos, no que se apoiava o

⁵ A frase foi colhida pelo jornalista Luiz Edgar de Andrade, que trabalhava como correspondente do Estado de São Paulo em Paris. Foi atribuída a De Gaulle, então presidente da França. Anos depois, o próprio embaixador Alves de Souza corrigiu o equívoco em um livro de memórias, assumindo a autoria da frase. O que nunca superou a “ofensa nacional” e a versão de que a frase era mesmo de Gaulle.

discurso francês do tipo DPC. Em 26-02-1963, a embaixada brasileira em Paris envia ao Rio de Janeiro telegrama onde constava, entre outros argumentos, o seguinte, segundo interpretação de Braga:

O governo francês considera que fez apreciáveis concessões ao Brasil ao admitir limitar através de um “modus vivendi” o seu direito líquido de pescar em alto mar, a qualquer tempo; 2- O governo francês julga que o envio do vaso de guerra foi erroneamente interpretado no Brasil. [...] Alvitrou mesmo que a emoção a que esse pormenor dera lugar no Brasil talvez fosse fruto da novidade que é para nós a pesca por estrangeiros nas imediações do nosso litoral (in Braga, 2004: 105-106).

O discurso francês construiu uma visão duplamente subalternizante do Brasil, explorando uma suposta incapacidade de interpretar o que seria um ato belicoso (“o envio do vaso de guerra”), e o carácter recente da inserção do país na indústria e no mercado internacional das pescas.

Os motivos para a deflagração da “guerra da lagosta” extrapolavam o conflito diplomático ou a demonstração de poderio militar. Os jornais da época especulavam que políticos “bretões” teriam investido milhões de dólares na pesca em águas brasileiras. Segundo *O Povo* de 28-02-1963, “o interesse do governo francês se deve ao fato de grupo de deputados bretões ter investido 14 milhões de dólares na pesca da lagosta”.

Contudo, a reação francesa teve resposta por parte do governo e dos militares brasileiros. A edição de *O Povo*, de 28-02-1963, é a mais impressionante. Praticamente toda a capa foi dedicada à “guerra da lagosta”, mais uma página interna, com matérias emblemáticas acerca do episódio.



João Goulart cancelou viagem já agendada à França. De Gaulle tomou medidas semelhantes às de Goulart e suspendeu uma visita agendada de senadores franceses ao Brasil. O próprio De Gaulle viria ao Brasil um ano mais tarde, em 1964, sendo recebido em Brasília pelo general Castelo Branco, primeiro a assumir o poder durante a ditadura.

A atitude de Goulart, porém, remete a outra interpretação. O presidente talvez tenha compreendido que era preciso um maior protagonismo de sua parte na “guerra da lagosta”, dadas as dimensões que essa tinha nos *media*. Nesses, sobressairam mais as iniciativas dos militares do que as do governo, a cuja chefia Goulart ascendera, em 1961, mediante forte resistência dos militares. Para estes, Goulart era comunista.

Em 1960, quando presidente e vice eram eleitos em separado no Brasil, Goulart fora eleito vice-presidente de Jânio Quadros, com quem não mantinha afinidades ideológicas. Jânio Quadros construiu para si uma carreira política populista assentada em São Paulo, e renunciou à Presidência pouco mais de um ano após assumir, alegando pressões de “forças ocultas”, um acontecimento jamais elucidado por completo pela historiografia brasileira.

Goulart, entretanto, era do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), que tinha em Getúlio Vargas sua inspiração, voltado mais a questões de cariz massificador que propriamente às ideologias de esquerda, ainda que Goulart atuasse um período histórico completamente diverso aos das presidências de Vargas (ditatorial de 1930 a 1945, e democrático, entre 1950-1954, o qual não concluiu por ter se suicidado).

Eram tempos da Guerra Fria, onde as ações dos governantes eram vincadas e um tanto circunscritas pelo binómio “capitalismo *versus* comunismo”, entre os quais o trabalhismo populista brasileiro tentava transitar. O próprio Goulart, quando da renúncia de Jânio, estava em visita à China comunista, principal argumento dos militares para reivindicar que o então presidente da Câmara dos deputados, Rainieri Mazzilli, assumisse a Presidência da República e que fossem convocadas novas eleições. Talvez para amenizar a situação, Goulart, ainda em carácter de “visita oficial”, vai da China aos Estados Unidos, e só retorna após o Congresso Nacional impor uma saída negociada:

Goulart assume a Presidência, mas teria de dividir o governo com um sistema parlamentarista com três representantes escolhidos no Congresso. Esse regime prevaleceu de Setembro de 1961 a Janeiro de 1963, quando um plebiscito popular devolveu amplos poderes a Goulart, com 80% dos votos. O presidente prometia, na campanha plebiscitária, implementar o seu Plano Trienal, pelo qual propunha, entre outros, medidas de redistribuição de renda entre a população e a reforma agrária. Para

tanto, contava com apoio expressivo de organizações partidárias e sindicais de esquerda, sobretudo dos comunistas, do Partido Socialista Brasileiro (PSB), do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) e da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag). Mas desagradou setores conservadores, incluindo a Igreja e as Forças armadas.

Jango (como João Goulart era mais conhecido), volta a ter plenos poderes um mês antes do início da “guerra da lagosta”. E será ainda durante a “guerra” que tenta relançar seu “novo” governo

Se a “guerra da lagosta” foi uma espécie de laboratório pró-reformas para Jango, foi igualmente um laboratório pré-golpe para os militares, que revelavam não só em discursos, mas também em gestos, suas intenções de ruptura com o poder institucional (em 31 de Março de 1964, exatamente um ano depois da “guerra da lagosta”, Jango, seria derrubado).

Um exemplo apareceu no que seria um prosaico convite de almoço feito pelo comando da Marinha ao então governador de Pernambuco, Miguel Arraes, filiado ao Partido Socialista Brasileiro (PSB). Recife, capital de Pernambuco, era uma das principais bases da marinha para Mobilização da “guerra da lagosta”. Em 13 de Março de 1963, no auge do conflito com a França, a Marinha convida Arraes para um almoço a bordo do navio “Capitania”. No dia seguinte o assunto causou polémica entre os oficiais, e o encontro que seria de carácter formal passou a informal:

Tendo em vista a situação política interna em que vivíamos e a postura pouco democrática, com elevadas tendências comunistas, apresentadas pelo governador do Estado de Pernambuco, o ComemCh [*comandante em chefe*] discutiu com seus oficiais as possíveis repercussões e implicações, favoráveis ou não, quanto à vinda do governador para

almoçar a bordo do Capitania no dia seguinte. Após diversas especulações, foi mantida a idéia inicial de promover um almoço informal, na câmara do navio. [...] O almoço transcorreu em clima cordial tendo-se evitado a abordagem de assuntos políticos (in Braga, 2004: 149-150).

Diante da reação brasileira, a França não desmobilizou seu efetivo militar que escoltava seis lagosteiros franceses a cerca de 120 milhas da costa, fora das águas brasileiras (as 200 milhas somente seriam estabelecidas nos anos de 1970). O governo francês apresentou duas propostas: alugar seus barcos para armadores brasileiros e criar empresas de capital misto. O governo brasileiro recusou, por considerar que seria admitir o direito francês a exploração de recursos nacionais.

O impasse persistiu nos dias seguintes, até que surgiu o primeiro sinal de que a “guerra da lagosta” chegaria ao fim, com o anúncio da desmobilização de efetivos militares de lado a lado. De 03 a 07 de Março, pairou a sensação de que a “guerra” terminara. Nesse período, a imprensa brasileira fez um pequeno balanço, não sem toques de nacionalismo e de ironia. Com a manchete “Nada de novo no ‘front’ da lagosta; o Itamarati espera notícias de Paris”, uma matéria de O Povo de 06-03.1963 dava conta que era evidente que a “guerra da lagosta” ganhara dimensão nacional.

De fato, o conflito repercutiu em vários jornais do país, não se restringindo à imprensa do Nordeste, em cujos mares o conflito se desenrolava:

“São os seguintes os comentários dos jornais sobre a ‘guerra da lagosta’.
‘Estado de São Paulo’: ‘ É o próprio autor que delibera retirar da cena a comédia que estava montada. Não nos felicitemos [...] porque a retirada dos navios não consegue delir a mágoa que o ato irrefletido do general

De Gaulle nos causou’. De *‘Ultima Hora’*: ‘ Não há dúvida de que ganhamos uma batalha política internacional. As lagostas são nossas’. – *‘A Hora’*, de São Paulo: ‘ A guerra da lagosta chega a seu final. Muito ridículo, muita vontade de dizer bobagens e ainda de fazê-las’. – *‘Diário de Notícias’*: ‘Prevaleceu o bom senso reduzindo o incidente a justas proporções. Houve uma espécie do que se convencionou chamar, humoristicamente entre nós, de batalha de *‘Itarararé’*. – *‘Correio da Manhã’*: ‘ Nos corredores do Itamarati línguas maliciosas diziam que é grande a correria dos empistolados para cavar uma vaguinha na delegação brasileira que assinará a paz das lagostas em Versalhes”.

O espaço para ufanismo e galhofa durou pouco. A *‘trégua’* foi de apenas uma semana, até que a França recrudescesse seu posicionamento e reforçou sua frota que guardava os lagosteiros havia mais de 10 dias. Ainda em 07-03-1963 O Povo anunciou que o conflito aparentava estar no auge, e os militares brasileiros continuavam mobilizados: “Governo francês resolveu não retirar a fragata *‘Goffeny’*. [...] Foi verificada a movimentação de navios para o local, o que indica que os franceses pretendem permanecer por tempo indefinido”. A guerra seria iminente, pelo menos na interpretação de O Povo, que afirmava em 08-03-1963:

Agrava-se a crise franco-brasileira: toda a Marinha em rigorosa prontidão. 1- Governo francês decidiu não atender a exigência do Brasil de retirar o vaso de guerra *‘Paul Goffeny’* do Nordeste. 2- O Ministro da Informação da França, Mr. Allain Peyrefitte, declarou, laconicamente, que ficam suspensas negociações acerca do litígio proveniente das atividades dos lagosteiros franceses em águas territoriais brasileiras. 3-

Toda Marinha de Guerra do Brasil, face ao desenvolvimento da crise, encontra-se em rigorosa prontidão e seus vasos concentrados em qualquer emergência.

No dia seguinte, O Povo indicou que mais navios franceses estariam a caminho. Entretanto, o suposto reforço da mobilização era alarme falso. Ainda antes de terminar o mês de Março de 1963, terminava também a “guerra da lagosta”, conforme O Povo de 12-03-1963:

Fim da ‘Guerra da lagosta’. O embaixador da França, sr. Jacques Bayes, deverá viajar esta semana para Paris. [...] Um porta-voz da Embaixada confirmou a retirada dos barcos franceses do litoral brasileiro. [...] Ao analisar as causas de súbita mudança de pontos de vista, o jornal ‘Le Monde’ informa que [...] ‘ os armadores poderiam ter prejuízos financeiros com a manutenção dos pesqueiros indefinidamente inativos. O jornal ‘France Soir’ disse ontem que ‘a guerra da lagosta terminou por falta de combatentes’. E assegurou também que a França ‘perdeu a batalha, mas não perdeu a guerra’.

Percebe-se, pelo O Povo, os ecos do DPC em França, na reprodução de texto parcial do ‘France Soir’, onde se constatou que a postura nacionalista não se restringiu à imprensa brasileira. Mas, de fato, a “guerra da lagosta” encerrava seu período de mobilização bélico-militar sem que um tiro fosse disparado.

A questão da lagosta foi relevada a um plano de intermediação internacional. Novamente por iniciativa da França, surgiu uma proposta de que a Corte Permanente de Arbitragem de Haia julgue o caso. O governo do Brasil, talvez até por estar vivendo

momento de convulsão interna, não se manifestou. Resta entender, contudo, até que ponto o DPC foi assimilado pela população.

Da xenofobia à carnavalização e resistência

A imprensa registrou sinais de revolta da população desde os primeiros momentos do conflito. No Rio de Janeiro um funcionário público aposentado foi preso ao pichar a fachada da Embaixada Francesa (O Povo de 28-02-1963). A sede da Aliança Francesa em Campinas, interior do estado de São Paulo, sofreu um atentado e teve sua fachada pinchada no período em que aconteceu o conflito. “Elementos não identificados explodiram quatro bombas do tipo caseira e cortaram os fios telefônicos e de eletricidade. Deixaram na parede a inscrição ‘A lagosta é nossa’. [...] Em Belo Horizonte (MG), a polícia protegia o consulado da França ‘tendo em vista ameaças recebidas’” (O Povo de 28-02-1963).

Em Fortaleza, o francês Jean Moreau foi processado por D. Aísa Silva, a quem alugara uma casa no centro da cidade. Como não pagou aluguel, a polícia foi a sua procura e descobriu suas atividades pesqueiras proibidas. Proprietário de dois barcos que estavam em nome de brasileiros conhecidos seus, Moreau pescava lagosta clandestinamente, transferindo o produto para outros barcos de maior porte provenientes da França, que ficavam à espera, fundeados em alto-mar. Moreau também não teria pago por um fogão adquirido no comércio local e fugiu da cidade, se refugiado em Paracuru, 100 km a oeste de Fortaleza. Casos pitorescos como o de Moreau eram pretextos para a imprensa reforçar o discurso tipo DPC.

O Povo de 04-03-de 1963 não deixou de aproveitar o episódio para carregar o tom nacionalista e a cobrança de atitudes mais rígidas por parte das autoridades:

Tudo ocorreu tão bem para o arrivista que ele, *convencido de que o Brasil era mesmo terra de ninguém* [grifo meu], achou que não devia pagar aluguel a d. Aísa Silva, o que constituiu erro fatal (...). Por mais que pareça romanesca essa história, prova tão somente a ineficiente ação das autoridades no que concerne a fiscalização na exploração desta fonte de riqueza que é a lagosta.

Na imprensa houve também reações travestidas de bom humor, mas com intuito de ridicularizar e inferiorizar aos franceses, como demonstra uma charge de *O Povo*, edição de 23/24-02-1963, inspirada no argumento de que a lagosta seria originária da costa francesa. Representando a França, uma mulher com vestes e dotes corporais entre extravagantes e sensuais, carregada de estereótipos ‘franceses’, com penteado à *Bigitte Bardot*, joga a isca para domar uma lagosta “nossa”, brasileira.



Figura II. Charge na capa de *O Povo*, edição de 23/24-02-1963.

Se na imprensa foi amplificado o discurso do DPC, entre a população a recepção e assimilação foi ambígua, transitando desde manifestações xenófobas até a carnavalização. Não tardou para que a “guerra da lagosta” caísse no gosto popular,

servindo de inspiração a várias músicas, sobretudo sambas. Uma delas foi “*A lagosta é nossa*”, de Moreira da Silva e Kyabo, de 1963. A letra, cujo título remete à campanha nacionalista “*O petróleo é nosso*”, também dos anos de 1950, é uma alusão direta e bem-humorada ao conflito:

“Fique sabendo: /Conosco não tem bandeira, vai zarpando de carreira se não quer virar peneira / No meu quadrado neca de levar pescado, pra seu rabudo olha um filhote de urubu / Meu litoral não é casa de mãe Joana, você não gosta de lagosta à Suzana / Eu lhe ofereço uma maré de baiacu, dou-lhe de quebra filhote de surucucu / Vou lhe contar a velha história, no tempo em que o Brasil brigava a pau já conseguia vitória / Somos de paz, mas não damos cartaz, do que vocês gostam nós gostamos muito mais / Barroso gritou ‘como é, o tempo da pirataria já mixou’ / Vem devagar Barnabé, a barra é muito funda pra você não vai dar pé / E já gritou Tamandaré: pum, pum, pum...⁶”

No Carnaval de 1964, um ano após a “*guerra da lagosta*”, fez sucesso a “*Marcha da Lagosta*”, de Jorge Washington e Isnard Simone⁷. A “*Marcha*” inicia-se com as primeiras notas de “*A Marselhesa*”, o hino nacional francês e repete *ad nauseam*, ao estilo de “*marchinha*” carnavalesca, uma única estrofe: “*Larga esta lagosta / Deixa de areia / Senão vai dar coisa feia / Faço uma proposta pra você (por quoi?) / Faço um acordo de irmão / Traga uma francesa pra mim / E leve tudo leve até o camarão*”.

⁶ In <http://www.mp3tube.net/br/musics/Moreira-da-Silva-A-Lagosta-e-Nossa/84340/>, acessado em Março de 2008. Atualmente disponível em <http://www.youtube.com/watch?v=0Rekj1S3J0c>, acessado em Julho de 2013.

⁷ Disponível, mediante pagamento, no acervo electrónico de <http://www.collectors.com.br>, acessado em 25-10-2009.

Três anos após a “guerra da lagosta”, em 1966, o conflito foi lembrado pelo teatro, num trecho da peça “A criação do mundo segundo Ary Toledo”, de autoria de dois dos maiores dramaturgos brasileiros, Augusto Boal e Gianfrancesco Garnieri. Parodiando a travessia de Pedro Álvares Cabral rumo às “Índias”, num dado momento a caravela portuguesa cruza com outra embarcação que, indagada sobre seu destino, responde: “*Nós estamos vindo do Brasil /E estamos indo pra Paris / Levar lagosta, levar lagosta /Que lá na France todo mundo gosta*”.

À época, Boal, Guarnieri e Toledo integravam o grupo de teatro Arena, um dos mais críticos e combativos à ditadura militar. A peça, sob pretexto de ironizar a “descoberta” portuguesa, satirizava episódios da História do Brasil propagandeados pelo Estado como feitos gloriosos, e a “guerra da lagosta” não escapou à perspicácia do grupo.

Conclusão

Os relatos da imprensa dos casos de reação popular contra representações francesas no Brasil, o caso de Jean Moreau em Fortaleza, e da charge de “Brigitte Bardot” demonstram o quanto o DPC foi assimilado por parte da população em diversas partes do território nacional (Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Campinas), e não somente na zona do conflito (litoral do Nordeste). Demonstram ainda que a posição dos *media* foi concertada, de apoio acrítico ao DPC ou às ações do governo e dos militares.

A “guerra da lagosta” foi alimentada muito mais pela disputa dos militares pelo poder institucional, e pela imprensa, que ofuscou aspectos que agora podem ser suscitados. O primeiro aspecto é a incorporação do DPC pelos militares brasileiros, reificando uma certa “saudade imperial brasileira” (Ribeiro, 2004) que o Brasil nunca abandonou de fato. Os militares brasileiros usaram do conflito para também ativarem o

DPC, reafirmado sua antiga postura em relação ao Atlântico Sul. Calafate Ribeiro nos chama atenção para um certo “lusobrasileirismo”, que

desde o século XIX procurara tornar-se o centro do mundo português, ideia aliás legitimada pela intrínseca cumplicidade política entre a corte portuguesa e o Brasil, e que não era mais que o reconhecimento político da transferência do centro econômico do império português para o Brasil. Enquanto ideologia brasileira, o lusotropicalismo ficará mais ou menos confinado a um círculo de diplomatas e militares (Ribeiro, 2004: 156).

Calafate Ribeiro cita Enders (1997) para reforçar sua argumentação acerca da persistência do ‘lusotropicalismo’ entre militares brasileiros, “que todavia continuam a defender uma forte presença do Brasil no Atlântico Sul, particularmente em Angola” (apud Ribeiro: 156). De fato, a historiografia demonstra que Brasil e África intercambiaram mercadorias e escravos intensamente pelo Atlântico nos sécs. XVIII e XIX, sem passar pela metrópole (Portugal)⁸. Tais interesses, no sentido de reivindicar uma hegemonia brasileira no Atlântico Sul, se estenderam pelo séc. XX, fosse em acontecimentos como “guerra da lagosta”, fosse na reaproximação com a África nos anos de 1970. O governo ditatorial, sob Geisel, é dos primeiros a reconhecer a independência da Guiné Bissau (1974), abrindo embaixada na capital, Bissau, e o primeiro país a reconhecer a independência de Angola (1975).

⁸ Como, por exemplo, entre tantos outros, Alencastro, Luiz Felipe de. *O trato dos viventes: a formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo, Companhia das Letras, 2000.

Em torno da pesca da lagosta surgiram também novas práticas comunitárias, organizações, revoltas e resistências de trabalhadores, novos aspectos nas relações domésticas e de diferença sexual no que se refere à inserção das mulheres na pesca. O cotidiano, os referenciais identitários, os sabers de populações marítimas inteiras alteraram-se, possibilitando novas abordagens. Algumas das hipóteses aqui apresentadas podem indicar caminhos para pesquisas desenvolvidas até agora sobre a história dos pescadores artesanais do nordeste brasileiro a partir do estabelecimento da indústria da pesca da lagosta, e sobre outros aspectos resultantes dela, como o reposicionamento do Estado diante de uma atividade econômica. E o DPC pode, talvez, servir de guia nesses caminhos.

Bibliografia

Braga, Cláudio da Costa, *A Guerra da Lagosta*, Rio de Janeiro, edição do autor, 2004.

Filho, Antonio Luiz Macedo Silva, *Paisagens do Consumo, Fortaleza no Tempo da Segunda Guerra*, Museu do Ceará/Secretaria de Cultura e Desporto do Ceará, Fortaleza, 2002.

Foucault, Michel, *A História da Sexualidade, Vol. I, A vontade de Saber*, Rio de Janeiro, Edições Graal, 1984.

Lessa, Antonio Carlos, “A Guerra da Lagosta e Outras Guerras: Conflito e Cooperação Nas Relações França-Brasil (1960-1964)”, in *Cena Internacional*, Ano I, Número 1, Brasília, UNB, pp. 109-120, 1999. Online: Ascido em 10-10-2005.

Ribeiro, Margarida Calafate, *Uma História de Regressos: Império, Guerra Colonial e Pós-Colonialismo*, Porto, Editora Afrontamento 2004.

Said, Edward W., *Orientalismo. O Oriente como invenção do Ocidente*, São Paulo, Companhia das Letras, 1990.

Muniz, Túlio de Souza. *A “Guerra da Lagosta”: um Laboratório para o Golpe Militar de 1964 e suas Abordagens na Imprensa Regional*.

Ponte, Sebastião Rogério, *Fortaleza Belle Époque: Reformas Urbanas e Controle Social 1860-1930*, Fortaleza, Edições Demócrito Rocha, 1999.